
A ESCOLA COMO ESPAÇO PARA O DESENVOLVIMENTO DE VALORES ÉTICOS E MORAIS NA PREVENÇÃO DO CYBERBULLYING NO ENSINO FUNDAMENTAL II

Daniele Leite Cotini de Oliveira¹
Carmen Lúcia Dias²

Resumo

A escola é um espaço estabelecido para a mediação dos conceitos cognitivos e sociais que orientam a nossa sociedade e um dos desafios dos profissionais da educação é oferecer um ambiente saudável e democrático aos seus alunos, mas, com o ensino remoto emergencial e uso constante da internet, seja para lazer ou estudo, têm se expandido vários tipos de agressões virtuais como mensagens ofensivas, fotos vexatórias, práticas de humilhação etc. Um ano antes da pandemia da Covid-19, o Brasil já era classificado como o segundo país no mundo com o maior número de casos de *bullying* na internet, o denominado *cyberbullying*. Os principais alvos dessas práticas virtuais violentas são crianças e adolescentes, que geralmente têm perfis pessoais nas redes sociais. Para tanto, esta pesquisa tem como questão norteadora: como o trabalho desenvolvido nas escolas com temáticas de cultura da paz, de educação moral e de competências socioemocionais podem auxiliar no processo de prevenção e de conscientização dos casos de violência virtual? Isso posto, o objetivo geral é analisar quais concepções a gestão escolar e os professores têm a respeito da construção de valores morais e do desenvolvimento da autonomia moral bem como entender o trabalho desenvolvido pelos professores com os alunos do fundamental II em relação à construção de valores sociomoraes e à prevenção do *cyberbullying*. O aporte teórico foi pautado na psicologia da moralidade, na perspectiva da teoria cognitivo-evolutiva. Para tanto, desenvolvemos uma pesquisa exploratória e descritiva com abordagem qualitativa, na qual, por meio de uma entrevista semiestruturada, fizemos a coleta e análise de dados das respostas de nove profissionais da escola (gestão escolar e professores) de uma escola particular do oeste paulista que atuam com os alunos no ensino fundamental II, 6º ao 9º anos, que correspondem às idades de dez e 14 anos. Os resultados sinalizam que, nos documentos institucionais declarados, não constam orientações sobre um

¹ Mestre em Educação pela Universidade do Oeste Paulista (Unoeste)
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0242-9818>

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Oeste Paulista (Unoeste) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6521-8209>

trabalho desenvolvido para a prevenção de violência. Observamos pelas respostas dos participantes em relação ao desenvolvimento moral, valores, autonomia intelectual e moral que apresentam conhecimento de senso comum. O mesmo ocorre com *bullying*, *ciberbullying*, indisciplina e incivilidade. Quanto aos planos de prevenção da violência, apenas dialogam quando ocorre algum fato para as tomadas de decisão.

Palavras Chave: Cyberbullying. Educação Moral. Valores Sociomorais. Práticas Morais. Ensino Fundamental.

SCHOOL AS A SPACE FOR THE DEVELOPMENT OF ETHICAL AND MORAL VALUES IN THE PREVENTION OF CYBERBULLYING IN ELEMENTARY SCHOOL II

Abstract

The school is an established space for the mediation of cognitive and social concepts that guide our society. And one of the challenges for education professionals is to offer a healthy and democratic environment to their students, but with emergency remote teaching and constant use of the internet, whether for leisure or study, various types of virtual aggression have expanded, such as offensive messages, embarrassing photos, humiliating practices etc. A year before the Covid-19 pandemic, Brazil was already classified as the second country in the world with the highest number of cases of bullying on the internet, the so-called cyberbullying. The main targets of these violent virtual practices are children and adolescents, who usually have personal profiles on social networks. To this end, this research in the line "Training and action of teaching professionals and educational practices" has as its guiding question: how the work carried out in schools with themes of culture of peace, moral education and socio-emotional skills can help in the process of prevention and of awareness of cases of virtual violence? That said, the general objective is analyze which conceptions school management and teachers have regarding the construction of moral values and the development of moral autonomy, as well as understanding the work developed by teachers with students of Elementary School II in relation to the construction of socio-moral values and the prevention of cyberbullying.

The theoretical contribution was based on the psychology of morality from the perspective of cognitive-evolutionary theory. For that, we developed an exploratory and descriptive research with a qualitative approach in which, through a semi-structured interview, we collected and analyzed data from the answers of 09 school professionals (school management and teachers) from a private school in the west of São Paulo which work with students in Elementary School II, 6th to 9th years, which corresponds to ages 10 and 14. The results indicate that the declared institutional documents do not contain guidelines on work developed to prevent violence. We observed from the participants' responses in relation to moral development, values, intellectual and moral autonomy that they present common sense knowledge. The same occurs with *bullying*, *ciberbullying*, indiscipline and incivility. Regarding violence prevention plans, they only dialogue when some fact occurs for decision-making.

Keywords: Cyberbullying. Moral Education. Sociomoral Values. Moral Practices. Elementary School.

Introdução

O presente estudo representa um amplo trabalho desenvolvido junto com adolescentes dentro do consultório onde é rotineiro ouvir, queixas como altura, peso, alterações menstruais, acnes e outros que despertam, nesses pacientes, a comparação com os colegas ou amigos. Muitas dessas preocupações são desencadeadas pelo *bullying*, que são atos de violência física ou psicológica exercidos presencialmente entre o alvo e o autor³. Já com o advento da internet, essas agressões tomaram proporções maiores, pois são praticadas no ambiente on-line com mais pessoas assistindo, o que se denomina como *bullying* virtual ou *cyberbullying*.

A internet serve como uma expansão desse ambiente, pois aumenta o alcance da instituição educacional, afetando as relações antes limitadas às barreiras físicas, o que implica efeitos em um ambiente mais amplo nas áreas de saúde, segurança, apoio social, acadêmica e cívica, o que podemos observar nos estudos de Fujita e Ruffa(2019).

Assim, nossas reflexões sinalizam essa problemática social, apresentando medidas de enfrentamento e preventivas no ambiente escolar, que é o local em que, geralmente, se iniciam os abusos psicológicos, as perseguições, as “brincadeiras” que passam a ser praticados também no ambiente virtual. Essas atitudes levam, muitas vezes, à evasão escolar, prejudicando, assim, a saúde psíquica dos alunos. O que acrescentamos como importante é que se compreendam essas questões como *bullying*, *cyberbullying* nesse período de vulnerabilidade em que se encontram muitos adolescentes. É importante ressaltarmos que tanto o *bullying* quanto o *cyberbullying* apresentam violência intencional contra o outro como característica. O *bullying* de maneira repetida,

³ Utilizaremos os termos “alvo” e “autor” do *bullying* e *cyberbullying*, conforme o fazem os pesquisadores Garcia; Tognetta e Vinha (2013). Os termos “vítima” ou “agressor” aparecerão apenas quando se tratar de citações diretas e que precisamos apresentar da forma com que se encontram na obra.

diária e, em alguns casos, restrita a um grupo de pessoas (na escola, no bairro). Tognetta, Avilés Martinez e Rosário descrevem que o *bullying* é um fenômeno de violência humana. O que o difere de outros conflitos sociais é o fato de ser uma violência escondida das autoridades e fundada em um ato repetitivo, no qual o autor (ou um grupo de autores) tem a escolha de quem será o alvo, que, na visão do autor, pela prática violenta, “[...] se vê com menos valor e consente com as ações de seus algozes” (2014, p. 290).

Avilés Martinez (2013) conceitua o *cyberbullying* como uma forma de assédio virtual entre pares, que, por meio de um celular ou computador, praticam atos violentos, agressivos nos espaços virtuais, embasados pelo simples prazer de verem o seu alvo em situações de medo e constrangimento. Para o pesquisador, dentre as peculiaridades do ciberespaço, este é entendido, muitas vezes, como um ambiente livre e que pode ser visto como não inibidor das atitudes de violência virtual porque, na maioria das vezes, os autores ficam no anonimato.

O cyberbullying, uma vez postado algo na rede social, alcançará o mundo, e milhares de pessoas, ao redor do mundo, visualizarão os autores intimidarem, humilharem, ofenderem, ameaçarem seus próprios pares, com idades semelhantes, por meio de um vídeo ou foto editada como os memes⁴ da internet. A propagação ocorre mais rápida porque a tecnologia tem tomado conta de nossas vidas e, principalmente, da forma como nos relacionamos (DIÁZ-AGUADO, 2015).

De acordo com Tognetta (2009), a formação moral das crianças e jovens vai depender bastante do ambiente escolar, onde ressalta a importância da qualidade dos relacionamentos e das experiências sociais, ou seja, quanto mais

⁴ Meme é uma mensagem quase sempre de tom jocoso ou irônico utilizado na internet (TORRES, 2016). Susan Blackmore define como aquilo que “viraliza” (BLACKMORE, 2000, p. 75-76).

solidário, mais expressivamente aumenta o desenvolvimento da autonomia; por outro lado, quanto mais opressivo, mais ocorrerá a diminuição dessa autonomia, gerando uma dependência maior de uma moral da parte de terceiros, o que compromete um futuro desenvolvimento de gerações com evolução contínua.

A autonomia moral envolve interações sociais de cooperação e de respeito mútuo, segundo Piaget (1998). O papel da escola é formar pessoas autônomas com liberdade de expressão, para garantir a criatividade e despertar o interesse da criança.

Durante a gênese do desenvolvimento pessoal, a passagem da heteronomia para a autonomia moral acontece em paralelo à passagem do estágio pré-operatório para o operatório. Tal paralelo explica-se pelo fato de a autonomia moral pressupor uma razão também autônoma, capaz de chegar, por si mesma, a verdades por meio de implicações; ora, tal capacidade depende da reversibilidade das operações mentais, reversibilidade esta característica do estágio operatório. No campo do saber objetivo, a criança troca a crença pela demonstração; no campo moral, ela passa do dogma e do tabu para a justificação (LA TAILLE, 2006).

Os valores morais, como justiça, honra, fidelidade e honestidade têm, por objetivo, orientar o comportamento humano, permitindo escolhas baseadas no que é certo e no que é errado, desenvolvendo, assim, a crítica, democracia e respeito mútuo, desde a infância sendo moldada com o desenvolvimento humano, nos diversos ambientes, sendo assim, a escola é um espaço fundamental para essas aprendizagens. Por isso a necessidade de um entendimento dos docentes sobre educação em valores, contemplando a formação cognitiva (LA TAILLE, 2006).

O nosso aporte teórico foi pautado na psicologia da moralidade, na perspectiva da teoria cognitivo-evolutiva, com a contribuição dos pesquisadores

Piaget, Avilés Martinez, Diaz-Aguado, La Taille, Vinha, Tognetta, Puig entre outras referências.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa⁵, de natureza qualitativa (GAMBOA, 2003), do tipo exploratória (Gil, 2019), que faz a análise das interpretações das realidades sociais dos participantes, que são oito professores e um gestor do EFII, de uma instituição privada paulista. A metodologia envolveu a análise do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e Planos de Ensino (PE) do EF II; entrevista semiestruturada de forma remota, em razão da pandemia do Covid-19 e Análise Textual Discursiva (ATD) (MORAES; GALIAZZI, 2016) para a interpretação dos dados das entrevistas, separadas por categorias e subcategorias de análise (Quadro 1), a partir da análise dos excertos transcritos das entrevistas. Nestas, abordamos as seguintes temáticas: concepção de desenvolvimento moral, autonomia intelectual e moral, valores sociomoraes, aprendizagem socioemocional, violência, *bullying*, *cyberbullying*, práticas morais e cultura da paz.

A pesquisa foi realizada com nove profissionais do ensino fundamental II, incluindo coordenador (Part. C) e professores (Part. A, B, D, E, F, G, H, I), que atuam com alunos do 6º ao 9º anos que correspondem às idades entre dez e 14 anos, de uma escola particular do oeste paulista.

Observando o perfil dos entrevistados sobre a formação acadêmica, vemos que há maior predomínio de docentes com licenciatura, onde a maioria deles possui titulação *Lato Sensu*, um docente possui doutorado em área técnica e dois possuem ou cursam o mestrado, sendo um em Educação e outro em áreas técnicas. Os docentes atuam em torno de cinco anos na escola no geral, sendo

⁵ Ressalta-se que este artigo contempla um recorte dos resultados de uma pesquisa de mestrado realizada em 2022, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa - CEP da instituição a qual está vinculada.

um deles com apenas um ano. Dessa maneira, notamos a atuação em sala de aula pelos docentes entrevistados com cargas horárias variadas, inclusive em outras turmas, e docentes que trabalham em outras unidades escolares.

Apresentação e discussão dos resultados

Neste item, apresentamos a discussão das entrevistas aplicadas aos participantes da pesquisa, divididos por categorias e subcategorias.

Quadro 1

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
I-Gestão, Projeto Político Pedagógico e as relações interpessoais na escola.	1- O papel da gestão e a construção do Projeto Político Pedagógico. 2- As relações interpessoais e regras de convivência na escola.
II- Desenvolvimento moral, autonomia, valores morais e competências socioemocionais.	3- Valores morais, autonomia moral e as contribuições para o desenvolvimento dos alunos. 4- BNCC e as competências socioemocionais.
III- Indisciplina, incivildades, <i>bullying</i> , <i>cyberbullying</i> e Projetos de prevenção.	5- Indisciplina, incivildades, <i>bullying</i> e <i>cyberbullying</i> . 6- Projetos de prevenção.

Fonte: Elaboração própria

Na **Categoria I** (gestão, Projeto Político Pedagógico e relações interpessoais na escola), buscamos analisar as questões respondidas pelos participantes da pesquisa sobre sua percepção no que concerne à equipe gestora da escola em que atuam, às relações interpessoais que se fazem presentes em seu trabalho e à forma como ocorrem o desenvolvimento e a construção do PPP da

escola. Para melhor compreensão e discussão, os resultados das entrevistas foram divididos em subcategorias, como será apresentado a seguir.

Em relação à **Subcategoria 1**, foram analisados o papel da gestão e a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) das instituições em que se exercem o trabalho e a perspectiva teórica utilizada pela instituição.

A gestão escolar é a equipe responsável pelo planejamento, pela organização, pela orientação, pela coordenação, pelo monitoramento e pela avaliação dos processos que se constituem nas instituições educacionais, garantindo a formação dos alunos e a promoção da aprendizagem (LÜCK, 2009, p. 23). O participante A vê a gestão como algo bom:

A percepção é positiva, ambas buscam um "alinhamento" entre comunicação de ensino a aprendizagem dos alunos e também o trabalho que o professor está favorecendo que esse ensino realmente aconteça de forma de qualidade, atenciosa buscando atender as necessidades de todo mundo (PART.A).

Já o participante B responde:

Percepção? Eu acho muito bacana assim a parceria que a gente tem, né, eu acho isso fundamental pra um bom desenvolvimento, pro bom funcionamento de tudo aqui. Pessoal atencioso, sempre correndo atrás do melhor, buscando novas estratégias. (PART.B).

Perguntados sobre o papel da gestão e a construção do PPP, os entrevistados responderam sobre pedagogia afetiva, pragmatismo, adaptação do docente ao público e aspectos práticos do PPP.

O participante D responde com mais segurança, demonstrando mais certeza:

Ok, é uma gestão e uma coordenação bastante ativa, preocupada não só com seus alunos, mas também com o quadro de docentes, acredito que a gente tem todo o respaldo necessário dentro dos profissionais que estão dentro da gestão e coordenação (PART.D).

A maioria dos entrevistados elogia a organização e a dinâmica da escola, mas destaca que o pouco tempo de trabalho na unidade não permitiu uma perspectiva sobre a participação e o estudo mais eficiente da instituição para alguns. Os contratados há mais tempo relatam mudanças positivas nos últimos anos, enquanto os recém-contratados veem com bons olhos as perspectivas da instituição abordadas no documento, como podemos perceber na fala da participante I:

Eu vejo que ela {gestão} é proativa, eu entendo que eles fazem tudo para que a escola funcione, obviamente estamos falando de pessoas, então as pessoas têm os seus conflitos, as suas necessidades, as suas debilidades. Mas na minha visão, é uma gestão humana, uma gestão conciliadora, uma gestão agregadora, não há punição, não há essa impressão além da desejada, que é a profissional. É um ambiente prazeroso. Analisando, eu vejo que é uma direção de uma combinação proativa, dinâmica, sensata, claro, sempre tem alguma coisa ou outra que precisa melhorar, mas também se estende a mim. Que eu sou peça dessa engrenagem, mas de mim, nas linhas gerais, essa é minha visão (PART.I).

O participante A ressalta a questão da perspectiva do PPP: “Nós temos essa relação dessa estrutura dentro da linha no trabalho com a escola, a pedagogia afetiva”. A pedagogia é a base da educação, pois é uma ciência que tem como objeto de estudo todo o processo de ensino, estando em constante evolução, a fim de conduzir os estudantes na jornada da educação, focando no aspecto cognitivo. A afetividade constitui uma necessidade do ser humano com a finalidade de proporcionar a vida em grupo. A ação de cuidar e de receber cuidado é fundamental, devendo haver equilíbrio entre as medidas para se desenvolver a pedagogia afetiva. Valores e princípios são elementos de suma importância para a pedagogia afetiva. Essas características direcionam as habilidades desenvolvidas na instituição de ensino para formar a criança, destacando-se o conhecimento, a autonomia, a solidariedade, o respeito, a criticidade, a criatividade, os direitos e os deveres, além da cidadania, entre outros (VASCONCELOS, 2004).

Os participantes B e D concordam com a abordagem do participante A sobre a pedagogia afetiva: “Puxando pela pedagogia afetiva, a gente trabalha muito com isso, a gente preza muito por isso, conquistar né, estar sempre ao lado, ser parceiro também dos nossos estudantes (PART.B)”. D afirma: “Que os alunos assim como todos, que o foco é que eles se sintam amados, queridos, valorizados como pessoa”.

A participante C discorre sobre a prática do PPP: “não é aquele Projeto Político Pedagógico de gaveta que a direção faz, coloca ali bonito, se alguém pedir, tá maravilhoso, mas que não é praticado”, algo que o participante E complementa, ao abordar o racionalismo como inatista, o qual sustenta que o conhecimento começa com impressões inatas dos seres humanos, que possuem capacidade racional desde o nascimento.

Piaget procurou ressaltar que o desenvolvimento decorre do processo de interação entre dois grupos de fatores: as ações externas e o processo de pensamento envolvendo uma organização lógica. Na perspectiva cognitivo-evolutiva e interacionista de Piaget (1896 - 1980), a teoria psicogenética se explicita a partir da interação do sujeito com o meio; isso só acontece quando existe uma estrutura de relações que dão significados ao conhecimento, resultando no crescimento cognitivo (SPRINTHALL; SPRINTHALL, 1993).

[...] alinhamento entre o processo racionalista e empirista é muito importante para nós. Mas assim, a questão da efetividade de valores, princípios, sempre determinado para a gente poder exercer na sala de aula de acordo com a realidade do aluno, dentro de uma perspectiva pedagógica (PART.E).

A participante C foca no pragmatismo, que é a ideia apresentada pelo participante E: “como eu já tive várias coordenadoras também sendo professora, tanto do infantil quanto da área de biologia, a gente pega um pouquinho do que é bom de cada uma para a gente poder colocar em prática”. Dentro do

pragmatismo, que é a aplicação prática, os participantes F e G abordam a questão de se adaptar aos conteúdos e às necessidades de cada turma, levando-se em conta o ritmo dos alunos.

Para Veiga (2008), o PPP é um ato intencional, com definição coletiva:

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população [...] (VEIGA, 2008, p.13).

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é o instrumento que direciona as ações de um grupo, a fim que se alcancem objetivos, articulados e fundamentados nos paradigmas das Diretrizes Curriculares Nacionais na realidade escolar conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017a). O PPP dá, à instituição, uma identidade, sendo que a execução e sucesso dele dependem dos envolvidos no processo, com a participação da equipe escolar.

O PPP possibilita a tomada de decisão consciente para soluções, com responsabilidade e comprometimento, além de intencionalidade das estratégias, constituindo-se em instrumento que direciona ações por meio do planejamento de metas e objetivos, com envolvimento da equipe para construir e executar o plano, havendo flexibilidade e avaliação para ajustes.

No geral, os participantes demonstram conhecer o PPP da instituição, com percepção positiva, percebendo um "alinhamento" entre direção e coordenação, favorecendo a comunicação de ensino e a aprendizagem dos alunos para que o trabalho do professor seja de qualidade, com reuniões participativas e novas estratégias, para uma construção conjunta, com a pedagogia ativa e a afetiva. Nessa perspectiva da pedagogia afetiva, a fim de que um indivíduo legitime um conjunto de regras, é necessário que o veja como algo de bom para

si, que diz respeito a seu bem-estar psicológico, seu sentimento de pertencimento ao grupo e à comunidade escolar.

Na Subcategoria 2, conforme Araújo (2015), o desenvolvimento moral, cognitivo e afetivo depende da qualidade e da exposição de relações entre os indivíduos. A construção da inteligência tem como base interações entre objeto e meio, que influenciam no desenvolvimento moral e afetivo, para propiciar o desenvolvimento humano. Valores morais são essenciais na educação e na formação do indivíduo, já que constroem sentido nas ações, ensinando a se lidar com conflitos, relações interpessoais e responsabilidades.

Sobre dar aula para adolescentes entre 11 e 14 anos, os docentes consideram um desafio em um universo variado, como afirma o participante A:

É um desafio, comparando com essa nova adolescência que estamos vivendo, essa era tecnológica também que está influenciando, é um grande desafio comparado à minha época, já como um professor, eu vejo que mudou muito, até meus irmãos que são adolescentes conseguem vivenciar isso também. Vejo como um grande desafio, seja na forma de ensinar, tem que ser mais atrativo, chamar mais a atenção, precisam desenvolver novas atividades que na minha época não tinha, mas agora é necessário, realmente é um grande desafio, cada aula, cada conteúdo e precisa ser significativo para cada estudante.

O participante D ressalta o imediatismo dessa geração:

...crianças extremamente imediatistas, eles têm uma carência de várias coisas. Faltam, sim, referências, são carentes em alguns aspectos, porém, também são muito inteligentes, são muito perspicazes, muito sagazes, tem um filtro muito grande pra muita coisa. Claro, assim como qualquer geração, são crianças né, eles têm as questões deles, como eu tive quando eu tinha a idade deles, de novo, síndrome da adolescência é normal. São muito suscetíveis à doença psíquica, como eles são extremamente imediatistas, não conseguem assistir um vídeo de 15 minutos por exemplo. E a gente vê que essa geração, estão com graves problemas de ansiedade, com a questão da idade, com aceitação, são muito fragilizados nesse aspecto, é uma análise que eu vejo.

Na legislação brasileira, de acordo com a lei nº 8.069, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, são considerados adolescentes pessoas

que se encontram na faixa etária entre 12 e 18 anos. Em seu art. 2º, consta: "Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade" (BRASIL, 1990).

Durante a adolescência, os lutos acontecem, com seu processamento da depressão e da ansiedade. Isso compõe substrato natural para mudanças de humor nesse período da vida. De acordo com Aberastury e Knobel (1989), o jovem poderá ter desempenho satisfatório apenas quando o mundo adulto compreender e não dificultar a evolução adolescente. O adolescente tem de superar três lutos: a perda da identidade e a do corpo infantil e a interrupção da figura de proteção parental. Os efeitos relacionados a essa síndrome tem dependência dos processos de identificação e de luto pelos quais o adolescente passa, o que dá força a seu mundo interno e torna essa fase de "normal anormalidade" algo menos perturbador e conflitivo.

A adaptação na sociedade deve ocorrer de forma natural, durante o processo em que o adolescente se transforma de reformador em realizador. No início da adolescência, as crianças se integram na cultura humana, aprendendo duas coisas essenciais para a felicidade e o reconhecimento da comunidade: relações amorosas/sexuais e o poder nos campos produtivo, financeiro e social. É quando começa a despertar a necessidade de serem desejáveis e invejáveis. O adolescente é um indivíduo que teve o tempo de entender os valores mais corriqueiros e mais bem partilhados na comunidade, cujo corpo chegou à maturação e para quem a comunidade impõe uma moratória (CALLIGARIS, 2000).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) trazem a abordagem do desenvolvimento de relações interpessoais e a convivência a fim de proporcionar o desenvolvimento da autonomia:

O desenvolvimento de capacidades, como as de relação interpessoal, as cognitivas, as afetivas, as motoras, as éticas, as estéticas de inserção social, torna-se possível mediante o processo de construção e reconstrução de conhecimentos. Essa aprendizagem é exercida com o aporte pessoal de cada um, o que explica por que, a partir dos mesmos saberes, há sempre lugar para a construção de uma infinidade de significados, e não a uniformidade destes (BRASIL, 1997, p.34).

Perguntados sobre as relações interpessoais e regras de convivência na escola, os entrevistados responderam sobre efeitos da pandemia, parcerias, importância da coordenação e defasagem de aprendizagem, além da relação com os pais. Percebemos o efeito claro da pandemia, que trouxe muitas adaptações, de acordo com a fala do participante A:

Essas regras são baseadas conforme a situação, por exemplo, estávamos vivendo uma situação de pandemia, então essa é uma relação um pouco mais próxima na casa do aluno, tinha grupo de whatsapp, uma comunicação mais prática, só que invadia mais a privacidade da pessoa, estava diretamente ligada a essa comunicação. Agora voltando a essa nova realidade, voltando pro presencial, estamos voltando a usar plataformas específicas, no colégio, envolvendo essa comunicação, criativa, participativa, os pais estão sempre aí alinhados com as notícias e as novidades, qualquer coisa já comunica na hora, tanto caderno de recados em algumas turmas ou quando viam o sistema do colégio mesmo, notícias das redes sociais, então a comunicação é bem direta e objetiva (PART.A).

A parceria é ressaltada pelo participante B, que destaca que o colégio apresenta “vários universos”, pois cada estudante atinge a maturidade de uma maneira diferente, não só pela idade, mas pelo comportamento. O participante B também aponta que a coordenação apresenta regras claras, mas permite um debate de ideias que promova melhor aproveitamento de estratégias, ficando evidente a preocupação com a defasagem na aprendizagem durante a pandemia. O participante D deixa isso claro:

Eu acredito que, em questão da aprendizagem de fato, a gente não pode falar sobre aprendizagem significativa nesses últimos 2 anos, o que nós não tivemos foi aprendizagem significativa, a gente teve um repasse de conhecimento, uma tentativa árdua de ambos os lados. Eu acredito que, agora, quando os alunos veem a questão da ansiedade, ela é muito

evidente, os alunos muito mais ansiosos, apresentam muito mais dúvida, eles sempre têm dúvida do que falar, de como falar, se estão ou não certos, né, acho que gerou essa questão de insegurança ao voltar para o presencial, acredito que é o que eu mais tenho notado, a falta mesmo de segurança, de viver mesmo, agora, a escola, o professor, o meu amigo, meu colega do lado, eu respondo ou não respondo, eles têm medo de ter a resposta errada, mesmo estando certos, a insegurança é algo instalado nesse novo momento de retorno pós pandemia (PART. D).

A defasagem de aprendizagem também é citada pelos outros participantes, “eu vejo essa defasagem, sabe? Muito grande, principalmente em princípios de língua portuguesa”, afirma o participante E. O participante I menciona que, “se você não tem uma interpretação, a dificuldade disso vai te afetar em todas as áreas de conhecimento”. Além dos conteúdos cognitivos, o participante acredita que os alunos estão cada vez mais fragilizados emocionalmente em razão das dificuldades enfrentadas na aprendizagem durante o afastamento social que causou baixa autoestima.

O trabalho dos pais com os docentes é visto como importante pelo participante G: “Os pais participam muito, eu, pelo menos na minha matéria, eu vejo, e às vezes eles vão estudar com os filhos e às vezes o pai não entende”. Mas com ressalva pelo participante H, que valoriza a hierarquia:

Na pandemia, era muito ruim, porque o pai falava direto com o professor, isso era muito ruim e eu prefiro esse filtro mesmo. Hoje tudo passa para a coordenação, a coordenação, se necessário, chama o professor, se não a gente não tem contato [com os pais]. Só um pai, uma mãe que tem o telefone, que acaba mandando mensagem direta. Mas aqui não é assim mesmo que funciona, tudo vai para a coordenação. Nós, quando queremos falar de algum aluno, fazemos uma ocorrência no sistema, a coordenação pega, entra em contato com o pai, passa pro pai e tudo assim bem organizadinho.

Observamos, na fala de H, que todas as questões referentes ao aluno, seja de aprendizagem ou comportamento, passam pela coordenação, “assim bem organizadinho”, em uma perspectiva heterônoma, “engessada”.

Heteronomia pode ser definida como uma condição de submissão de valores e tradições, sendo a obediência passiva aos costumes por conformismo ou em razão do temor à reprovação de determinada sociedade ou de deuses (LA TAILLE, 2006).

Tognetta (2009, p. 528) mostra que a criança “[...] é naturalmente governada pelos outros e considera que o certo é obedecer às ordens das pessoas que são autoridade” na heteronomia. Segundo essa autora, existe manifestação progressiva no sentimento de reciprocidade da criança, em vez do controle e da submissão a outrem na moral autônoma. Assim, essa regulação é interna na pessoa, um autocontrole para obedecer às regras de modo independente da supervisão de outra pessoa, especialmente um adulto.

Conforme Silva (2015), a ausência de limites e a falta de atenção no processo educacional dos filhos que acontecem nos conflitos familiares resultam em estudantes que não sabem seguir regras de convivência e limites determinados. Dessa forma, o papel da escola não se restringe somente a ensinar conhecimentos científicos, sendo imprescindível o trabalho com o desenvolvimento moral, ético e emocional em parceria com os pais na educação dos filhos.

O desenvolvimento da educação moral ocorre nas relações interpessoais e se aperfeiçoa na troca de experiências, já que são valores morais as motivações afetivas nas ações, nas regras, nos princípios e nos juízos. Critérios morais como o desenvolvimento da autonomia, consciência crítica, responsabilidade e cidadania proporcionam mecanismos cognitivos e de desenvolvimento psíquico, além da construção de valores das relações interpessoais, em razão de o valor ser um investimento afetivo das ações dos indivíduos (GARCIA; MORAIS, 2022).

Na Categoria II, “Desenvolvimento moral, autonomia e valores morais e competências socioemocionais”, buscamos analisar a compreensão que os entrevistados apresentam em relação ao desenvolvimento da autonomia dos alunos e à construção dos valores morais. O objetivo era caracterizar como esses elementos contribuem para o desenvolvimento dos alunos e a abordagem que a BNCC traz sobre o desenvolvimento das competências socioemocionais.

Na **Subcategoria 3**, “Valores morais, autonomia moral e as contribuições para o desenvolvimento dos alunos”, perguntamos aos entrevistados se tinham conhecimento sobre os temas transversais descritos nos Parâmetros Curriculares Nacionais e como eles trabalhavam o tema ética com os alunos ou com os professores, no caso da coordenadora; além do que sabiam sobre desenvolvimento dos alunos e autonomia moral, valores morais e suas concepções. O adolescente é uma pessoa que compreendeu valores mais simples e mais bem compartilhados na sociedade, sendo que seu corpo amadureceu; a sociedade impõe uma moratória a ele (CALLIGARIS, 2000).

Os participantes A, C, D e I relatam a importância do respeito, das normas, das regras e de se diferenciar perspectivas. O participante A afirma: “Então a gente como professor, dentro da escola, a gente acaba de forma geral pegando tudo isso e manipulando buscando sempre o respeito entre nós”. D concorda: “problemas são normais de sala, afinal a sala tem uma dinâmica, mas não há nenhum tipo de problema mais grave que eu me lembre, com os funcionários também, eles são solícitos há um respeito hierárquico”. I ratifica: “eles ainda não caíram no real, aí eu entro em valores morais da família, sobre o respeito com a figura da escola, do professor, com a importância de estudar”.

É fundamental, não existe uma aprendizagem. Existe uma competição que o aluno tem que compreender o sentido daquilo, a formação moral ela tem muito significado, impor regras. Antigamente as regras eram impostas, você vai usar uniforme, e não tinha um porquê hoje, hoje em dia, nosso público é muito inteligente, então, a partir do momento que

you talk like this: look, it is obligatory to use tennis for your safety, because the flip-flop trips, causes accidents, everything becomes easier when you work with meaning, a pedagogical team puts it like this: from tomorrow, people will do adapted evaluations for the students who are there, we will justify this, our school wants to grow, people want to be well seen in our city, initially, as a standard school, we want to qualify this, include respect for differences, include a moral education, a formation of values, look at each individual (PART.C).

In relation to the teacher's understanding of moral values and moral autonomy, we observe difficulty in assimilation, with confusion of concepts, treated many times, as similar. In what concerns the contribution of work with moral values for the development of the student, we note, in the responses of the teachers, the agreement on the importance of moral values in the school environment, but we observe difficulty in the scientific appropriation of these concepts. This shows the knowledge of common sense and not scientific. We know that the initial pedagogical formation is not complete. It is important that it be continued so that the teachers incorporate, among others, these theories of moral development and the construction of values. For this, it is essential to value the formation of the professional already active in the market, a planned and intentional action that can ensure the scientific appropriation of the concepts.

In this sense, the professionals B, E, F, G and H affirm not to know the topic in depth, but mention the interdisciplinary question, the questioning of young people, the life that gains the perception of the group, the maturity that forms the critical citizen, the need for autonomy in society. E and G do not mention the topic. F digresses: "Look, moral values, they are of super importance so that the student can understand up to where it is applied in the ethical principle". H seems not to understand the question: "But, as I said, everything depends on what he thinks is right and what he has at home, because, sometimes that which is for me is

moral, para ele não é". Também relatam como se os valores morais fossem responsabilidade apenas da família:

Os valores morais, é o que cada um tem o seu ensinamento dentro de casa, então assim que são, cada série é um universo, e dentro desse universo, a gente tem as planetinhas, que cada aluno é um deles, né. Então, a questão disso, eu acho que cada um traz o que aprendeu em casa (PART.B)

Educação de valores morais não é papel da família apenas. Para o senso comum, a família educa, e a escola ensina. Deve ser uma ação compartilhada entre escola e família.

A educação para a construção de valores morais se refere ao currículo das escolas sobre como se desenvolvem valores e moralidade, incluindo intenções e práticas de educação de valores dos professores. Ensinar constitui atividade moral em que os professores consideram a complexidade ética do ensino e o impacto moral que eles têm sobre seus alunos, na formação de cidadãos críticos e conscientes na sociedade (SARMENTO, 2002).

Os valores morais direcionam o comportamento humano, com escolhas baseadas no certo e no errado, desenvolvendo crítica, democracia e respeito mútuo, desde a infância, no desenvolvimento humano, em diversos ambientes. A escola é um espaço essencial para aprendizagens. Esse é o motivo da necessidade de entendimento docente sobre educação em valores, contemplando a formação cognitiva (LA TAILLE, 2006).

Com base nas análises das respostas dos entrevistados, percebemos, mais uma vez, que alguns professores ainda não compreendem por completo o que são valores morais e como esses valores interferem no desenvolvimento do seu trabalho pedagógico, evidenciando a necessidade da organização, por parte da equipe gestora, de eventos de formação para que esse estudo ocorra de

maneira efetiva. Os professores não conhecem o assunto a fundo, incluindo os temas transversais.

Isso sim, nós fazemos, eu tento colocar isso em prática a autonomia e o protagonismo ao aluno. Você dando voz, você dando oportunidade para que esse aluno sintá-se importante, sintá: “olhá só, a minha voz é importante, a minha dúvida, mesmo que ela esteja errada”, é muito bom você sentir que, naquela hora, o professor olhou pra mim, você vai fazer tal coisa, você vai responder, você vai dar esse olhar para ele também, perguntar como é que ele está, como é que ele acha isso, porque tem que dar voz. Autonomia é exatamente isso, deixa esse aluno, essa geração têm uma tendência para fazer as coisas de maneira autônoma. Hoje, assim, você falou uma coisa, ele pega o celular, digita, já sabe rapidamente, ele sabe, ele vai ver um zilhão de coisas, então ele precisa também, além da autonomia de buscar, fazem comparações em relações, também dizendo esse incentivo emocional (PART.I).

Educação em valores é o aspecto da prática educacional em perspectivas morais ou políticas, além de normas, disposições e habilidades desses valores, que sejam mediados ou desenvolvidos entre os alunos para o desenvolvimento da autonomia moral. Ensinar é uma atividade moral em que professores necessitam considerar a complexidade ética do ensino e o impacto moral que educadores têm sobre alunos, na formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade.

Na **Subcategoria 4**, a orientação governamental sobre a BNCC indica que o trabalho pedagógico deve ser baseado no desenvolvimento de dez competências gerais, sinalizando que a educação básica deve priorizar a formação integral dos alunos, mas levando em conta as particularidades do corpo discente e permitindo que sejam sujeitos ativos no processo de ensino aprendizagem, a fim de fortalecer relações democráticas inclusivas e desenvolver um ambiente de respeito às diversidades (BRASIL, 2017a, p. 14).

Perguntados sobre a BNCC e as competências socioemocionais, os entrevistados responderam sobre a necessidade de aprofundamento para se conhecer o documento, deixando claro que a visão deles é bem superficial, assim

como sobre a percepção que os professores têm sobre competências socioemocionais.

Desse modo, a coordenadora (PART. C) destaca que a BNCC é um documento que necessita de muito estudo para ser mais bem entendido, pois emprega o termo “dedicar” para se referir aos conteúdos descritos nele; também afirma que é um material rico que deve ser uma base para a vida em sociedade, facilitando as relações sociais.

A BNCC ela é muito completa, eu gosto muito desse documento, eu tenho a ideia de que, se todos os professores se dedicassem um tempo para estudo desse conhecimento, todas as aulas se tornariam mais ricas, porque voltamos naquele ponto da nossa época: o professor de história entrava e dava aula do Descobrimento do Brasil. Hoje, essa aula se torna muito mais atrativa e mais significativa quando ele fala imagina: você é um dos índios que estão vendo a cara dela de qual que é a tua opinião, é o que você pensa que os índios sentiram, se torna mais significativo, é isso que a BNCC traz, a prática daquilo. E hoje, uma criança chegando numa escola nova precisa estar socioemocionalmente preparada, ela precisa ter essas habilidades de querer correr atrás...eu fui mal, mas eu tenho ainda outras possibilidades, e de saber expor os seus desejos, as suas vontades, os seus desgostos. Uma pessoa bem estruturada consegue colocar o que ela não gosta sem desrespeitar, sem desvalorizar ninguém, conseguindo se expressar de forma que ela possa ser vista, então essas habilidades que a BNCC traz não ficam isoladas, elas estão embutidas a cada proposta dentro de uma escola, deveriam estar, mas nem sempre estão (PART.C).

Observamos a visão restrita que os entrevistados A, D, F e H apresentaram sobre a BNCC e as competências socioemocionais. A BNCC como apenas um documento que determina os conteúdos que cada disciplina e que cada série deverá desenvolver, sendo esses conteúdos obrigatórios em todo o Brasil. A afirma: “Eu entendo o da BNCC, agora esse PCNS, complementação, não lembro”. D nem menciona o tema em suas respostas. F também não menciona. H é mais um que não menciona o tema. Nesse sentido, a participante G cita a importância da conceituação, mas mostra dificuldade em explicar a BNCC, assim como o participante B. G não menciona o tema (competências

socioemocionais) em suas respostas. Portanto, na análise das respostas dos participantes, fica evidente que a maioria dos professores não conhece profundamente quais são as competências socioemocionais e como o desenvolvimento delas pode auxiliar no trabalho pedagógico e na educação em valores sociomoraes.

A BNCC regulamenta aprendizagens essenciais em instituições educacionais públicas e particulares no Brasil, incluindo a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Ela propõe direitos de aprendizagem e desenvolvimento para os estudantes. Ela promove igualdade e ajuda na formação integral educacional, para uma sociedade com justiça, inclusão e democracia. A fim de que professores possam trabalhar com alunos as competências gerais da BNCC (BRASIL, 2017a), é importante que desenvolvam a construção das competências socioemocionais para promoverem a autonomia intelectual e moral dos alunos, fundamentada em justiça, solidariedade, honestidade, respeito, cuidado, que são desejados universalmente.

As transformações que envolvem sociedade e tecnologia, as exigências do mercado de trabalho, além da interconectividade, entre outros fatores, permitem que a construção das CSEs - Competências Socioemocionais - no ambiente escolar ajude, em vários aspectos, o desenvolvimento do indivíduo, gerenciando emoções, estabelecendo relações de respeito, empatia, com a tomada de decisões responsáveis e razoáveis.

As competências socioemocionais incluem a capacidade de cada um lidar com suas próprias emoções, desenvolver autoconhecimento, se relacionar com o outro, de ser capaz de colaborar, mediar conflitos e solucionar problemas. Elas são utilizadas no nosso dia a dia de forma sistemática e integram todo o processo de formação de uma pessoa como um ser integral: indivíduo, profissional e cidadão (HIBOO, [2021], não paginado).

Na **Categoria III**, “Indisciplina, incivildades, *bullying*, *cyberbullying* e Projetos de prevenção”, buscamos analisar o entendimento que os entrevistados apresentam em relação aos termos mencionados e suas diferenças, além de um questionamento se o participante já teve contato com casos de *bullying* e *cyberbullying*. O objetivo era saber se o profissional tinha conhecimento de leis, projetos e medidas que combatessem esses comportamentos.

Na Subcategoria **5**, “Indisciplina, incivildades, *bullying* e *cyberbullying*”, Vinha *et al.* (2009, p. 29) mencionam que estudos mostram o crescimento da violência na sociedade, pois há pouca capacidade de se negociar conflitos, fazendo com que a violência seja empregada para se solucionar problemas com frequência. Apesar de conflitos serem comuns nas escolas, a violência, a incivildade, o *bullying* e a indisciplina geram constrangimento e tragédias eventualmente. Segundo conceituam La Taille e Menin (2009, p.10), “os valores estariam doentes, isto é, sendo desaparecidos, ou em ‘crise’ sendo interpretados de outras formas”.

Perguntamos aos entrevistados se eles tinham conhecimento sobre os termos indisciplina, incivildade, *bullying* e *cyberbullying*, como eles observavam esses temas no ambiente escolar, além do que sabiam sobre as diferenças entre eles e suas concepções. As respostas mostram que os termos não são amplamente conhecidos, sendo entendidos, na maioria das vezes, como sinônimos. Indisciplina é o termo mais familiar aos entrevistados.

A indisciplina e a incivildade afetam diretamente o processo educacional do estudante, além de seu desenvolvimento, tendo impacto nas suas relações sociais. Segundo La Taille (2006), a disciplina é baseada em comportamentos controlados por uma série de normas, ocorrendo como uma revolta contra essas regras ou por desconhecimento delas, o que acarreta a transgressão de regras pedagógicas, pois vários alunos pensam que elas são

determinadas de maneira autoritária pelos professores. A indisciplina é um rompimento do contrato pedagógico, enquanto a incivilidade trata dos comportamentos que afetam o cumprimento do contrato social, desafiando regras e o esquema da vida social. A incivilidade não constitui uma manifestação de violência; ela é formada por pequenas agressões cotidianas que se repetem. A indisciplina escolar é a desobediência de ensinamentos, regras e normas de conduta escolares.

O participante A resume o conhecimento básico que a grande maioria dos profissionais tem no ambiente educacional, considerando o empirismo, que aborda o papel do ambiente como fundamental para se obter conhecimento. O meio influencia o desenvolvimento do ser humano, já que condições ambientais fornecem estímulos a fim de se conseguir certas respostas:

Indisciplina seria algumas atitudes que não condizem com a sala de aula, vamos dizer, quem é mãe e quem é pai pensa no filho, eles disciplinam talvez uma simples bagunça, uma pequena falta de respeito ou atitude. Então na sala de aula, seria basicamente isso, o professor chamar muita atenção, acaba perdendo o tempo da aula chamando atenção e acaba desfocando do conteúdo, porque cada aluno tem sua particularidade e também tem aqueles que são concentrados, então despertam o foco rápido, então às vezes acaba gerando certa indisciplina, conversas paralelas, indevidas, então de forma geral seja isso. Sobre incivilidade, talvez a meu ver seria, civilização seriam pessoas que sabem viver em grupo, é uma civilização. Agora a incivilização seria pensando talvez no lado animal, até porque animais sabem viver entre eles, comparando em ser racional e ser irracional. Seja por julgar regras, fazer atitudes mais extravagantes, assim, que fogem na questão do respeito, acredito eu que possa estar pensando agora (PART.A).

Segundo Silva (2015), a instituição de ensino não pode desencorajar a manifestação de opinião, mas deve estar atenta ao discurso de ódio, mantendo a disciplina escolar e respeitando o direito de todos. A escola não pode correr o risco de ser acusada de agente inconstitucional. Ao longo do tempo e com o avanço tecnológico, a questão de escolas poderem ou não interferir nos atos dos estudantes fora do ambiente de ensino se estabeleceu. A opinião pessoal e o

conhecimento de mundo são utilizados como base, no senso comum, para se tentar conceituar alguns termos:

Indisciplina é a falta de educação, é o que eles não colocam aqui o que é feito, porque eu acho que há uma grande diferença entre ensinar e educar, acredito eu. Acredito que o ensino vem de casa, sai sabendo o que é certo e o que é errado, vem de casa, porque a gente tá aqui, tá tentando mostrar aqui, não é bem isso que é certo e o que é errado. Assim passar a matéria, a educação, à risca para que eles compreendam... no meu caso, eu compreendo o espaço geográfico, compreendo o que é isso e o que é aquilo em questão de mundo. Acho que é isso? (PART.B)

Os participantes C, F e H relatam entender os termos quase como sinônimos, ligando comportamentos sociais à vida em grupo, que usam atos individuais como parâmetro para uma análise do convívio no contexto escolar. C afirma: “ela é algo que interfere negativamente na vida do aluno ou do profissional porque não existem só a alunos indisciplinados também existem profissionais indisciplinados”. H partilha da mesma visão: “Indisciplina é uma norma que não respeita as regras, dentro de sala de aula não sabe a hora de falar, para mim isso é aluno indisciplinado, e lá a gente tem bastante”. A indisciplina se mostra um termo bem mais conhecido pelos entrevistados.

Eu vejo que são 2 conceitos [indisciplina e incivilidade] que, às vezes, em algumas situações, eles são juntos, mas não, necessariamente, são a mesma coisa. Por exemplo, indisciplina seria no caso da gente fazer um acordo, esse acordo precisa ser cumprido, a gente tem as bases da lei do colégio e eu faço, e às vezes, eles acham que, porque eu fiz um acordo, e não é um acordo do colégio, às vezes, eles vão menosprezando, eu vou fazendo as coisas que não foi o que a gente combinou só para testar até onde consegue levar aquilo. Então eu vejo que precisa ser sempre retomado essa questão, “olha não é só você, é um conjunto, é a sala toda, é o professor, é a funcionária”. Eu acho que, nessa questão, às vezes, principalmente dos mais novos, eles têm... é lógico que é natural, é lógico que eles têm esse comportamento, porque eles estão testando, o que ele pode ou não fazer no ambiente, mas eu vejo que também é uma questão de entender que não é só ele, é o grupo como um todo (PART.F).

O participante D entende que tudo aquilo que não garante o bem-estar, por ter sido tirado por outrem, é uma indisciplina, complementando que “aquilo que incomoda a ponto de tornar-se ou deixar que a minha aula (não) tem um segmento que eu planejei me traz uma ideia de indisciplina”. O participante E ressalta o papel da família ao afirmar que “Indisciplina está muito mais relacionado ao ambiente familiar”, também deixando de conceituar a incivildade, visão compartilhada com o participante G, o que mostra que esse conteúdo carece de conscientização no meio educacional em ampla escala: “Indisciplina seria no caso de a gente fazer um acordo, esse acordo precisa ser cumprido, a gente tem as bases da lei do colégio”. Isso vem ao encontro do que já foi comentado anteriormente: a visão de senso comum de que a família educa e a escola ensina. Mas deve ser uma ação compartilhada entre escola e família.

Conforme Moreira (2015), há interações as quais alunos jovens têm com o sistema de mídias, sendo aptos a manipular com destreza tecnologias midiáticas com grande facilidade, visto que a intimidade é construída pela convivência cotidiana. O *bullying* são atos de violência física ou psicológica exercidos presencialmente entre alvo e autor. Com a internet, essas agressões ganharam proporções maiores, praticadas no ambiente on-line com pessoas assistindo, o que se denomina como *bullying* virtual ou *cyberbullying*.

Quanto ao *cyberbullying*, especificamente, os profissionais demonstraram mais conhecimento:

O bullying, sim, mas isso já é uma política do colégio de sempre tomar cuidado: ouviu, viu, leve até a coordenação, e ela vai se encarregar de resolver, ou se for algo mais sutil, digamos assim, tem que haver uma intervenção do professor no momento. Eu já fiz isso. Às vezes, o aluno tá começando, né, uma perseguição mais acentuada. O Cyberbullying é pior pelo que eu vejo, dói mais, eles falam que é mais dolorido, porque também tem essa imagem das redes sociais. Rola solto as conversas, as brincadeiras, a propagação rápida, tudo isso tem muito. A escola tem algumas campanhas, isso é sempre falado, sempre notificado aos pais e professores, então, na minha visão, é algo sendo monitorado (PART.I)

Avilés Martinez (2013) define *cyberbullying* como uma forma de assédio virtual entre pessoas, que, ao usarem celular ou computador, cometem ações violentas e agressivas no mundo virtual, pelo mero motivo de colocarem um alvo em condições de constrangimento e medo. A forma presencial desse assédio foi mais apontada pelos entrevistados, que relataram a presença da tecnologia como algo recente:

Sobre o *cyberbullying*, é uma coisa que, quando chegou na era tecnológica, começou essa certa evolução, é como se fosse o *bullying* da vida real. Mas agora focado na era tecnológica, até porque, temos justamente as duas vidas, a vida real e a vida digital. Então é onde realmente nós sofremos, as crianças, os adultos, todos nós podemos sofrer essas atitudes que não condiz com a moral do ser humano, que acaba gerando certas consequências pras pessoas, seja para quem sofre e pra quem acaba gerando isso (PART.A).

Os participantes B, C e D afirmam que o *bullying* é muito mais observado no cotidiano escolar: “O *cyberbullying*... não me recordo, certo? O *bullying*, eu acredito que sim, né?” (PART.B). O participante D diz que é um “tema recorrente onde a gente ouve diariamente casos né que de tipo *Bullying* desrespeito e os próprios alunos também acredito que saibam muito sobre isso”.

Sim, *bullying* se tornou uma palavra muito conhecida. Em 2015, eu fiz muitos cursos a respeito de *Bullying*. E fizemos muitos cursos para saber até o lado oculto do *bullying*. Eu estou conversando com um aluno na ideia de estar ajudando e estou ampliando aquilo, muitas vezes. Então não só o *bullying* acontece de um coleguinha para o outro, de um amigo para outros, pela internet e pelas redes sociais. Muitas vezes, a gente comete um *bullying* sem ter a consciência de que está fazendo uso desse ato. Os pais mesmo passaram a usar de maneira errada: aí, meu filho está sofrendo *bullying*, meu filho sofreu *bullying*, porque o amigo fez isso. Houve um desajuste ali na conversa, eles se desentenderam, mas não foi. O *bullying* tem repetição, a pessoa já foi alertada que não gosta que chame ela de cabelo escorrido e eu continuo chamando. A internet acaba camuflando também, tornando os adolescentes muito corajosos (PART.C).

Perguntados sobre o conhecimento de algum serviço e/ou canal de ajuda para o enfrentamento e prevenção do *bullying* e *cyberbullying*, incluindo a

Lei de Combate ao Bullying (BRASIL, 2017b) e a alteração da LDB 9394/96 (BRASIL, 1996) sobre a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência pelos estabelecimentos de ensino, apenas uma participante tinha uma pequena lembrança sobre o assunto:

Eu conheço algumas páginas, mas elas não são páginas oficiais, são páginas indiretas. No Instagram que às vezes eles divulgam alguma informação como identificar. Eu fiz um curso em relação a isso que eles incentivava até o próprio colégio ter (PART.G)

A SaferNet é uma Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos. Ela promove ações para sensibilizar a ética no uso da internet, contando com o apoio de pesquisadores e bacharéis em Direito, além de cientistas da computação e professores. A missão dela é a defesa e a promoção de direitos humanos na internet. A plataforma on-line oferece formas de denúncias de crimes cibernéticos, assim como maneiras de prevenção e de conscientização para uso seguro, responsável e consciente da rede. Em parcerias com escolas, a plataforma oferece, gratuitamente, cursos de formação EAD, com base na BNCC e na LDB, para profissionais da educação, como o curso "Educando para boas escolhas on-line" que teve o apoio do Google, a fim de facilitar a incorporação da temática de aprendizagens socioemocionais nos ambientes de ensino e nos projetos pedagógicos (SAFERNET, [2021]).

Na **Subcategoria 6**, "Projetos de Prevenção", segundo Lippe, Andreassa e Santos (2020), em razão da proximidade, a família é essencial na atenção contínua para fiscalizar celulares e computadores, além do diálogo como instrumento para enfrentar o *cyberbullying*. A educação moral é muito presente na formação educacional, auxiliando nos valores morais, como base para se formar autonomia, pois dominar formas de pensamento permite criar juízos valiosos e otimizados (PUIG, 1998).

Perguntamos aos profissionais da educação se eles tinham conhecimento sobre projetos de prevenção contra o combate à violência com agressões físicas, verbais, *bullying* e *cyberbullying*, incluindo convivência ética, e se tais projetos estavam contidos nos planos de ensino. As respostas evidenciam que os projetos são genéricos, carecendo de aprofundamento específico.

A maioria dos entrevistados relata que os projetos são mais abrangentes, não sendo tão focados nessas formas de violência, deixando esses profissionais com uma visão superficial, como exemplifica a participante E:

Tenho um conhecimento, mas é bem raso, bem pouco, só realmente o que foi comentado ali durante a faculdade: “não pode, é proibido, tem que controlar, não pode deixar explodir, chamar o pai se começar a conversar”, mas é bem pouquinho coisa mesmo. Que eu saiba, o projeto mesmo não, porque eu acho que não tem necessidade, são casos bem isolados que acontecem raramente. (PART.E).

De acordo com os participantes A, B, F e G, percebemos a falta de uma padronização de atitudes quanto às providências que devem ser tomadas nos casos que ocorrem, supondo falta de treinamento dos profissionais direcionado a mitigar as consequências de tais violências. A afirma: “Temos projetos pensando sobre o lado social, questão ambiental, puxado para o tecnológico, não.” B complementa: “Exatamente, que fazem as reuniões que fazem com elas, então a gente não conhece todos os projetos delas”. F partilha da mesma perspectiva: “Mas é sempre enfatizado aquilo, enfatizam sobre essas questões, não há palestras, projetos em si sobre isso não”.

Comunicando, fazendo ocorrências. Claro que, quando a gente está em sala de aula, a gente tem que resolver sala de aula. Ontem mesmo, aconteceu uma situação, então, com relação à *bullying*, eu sei, e o menino estava brigando com o outro, eles não se entendem, porque um é afeminado, e tem tendência a ser homossexual, e o outro é muito machão, e um deles queria quebrar as pernas do outro. Como eu sou conselheira da outra sala, eu estava ouvindo barulho, eu fui lá, pedi licença pro professor, chamei um por um para conversar. Pedi o respeito, que eles respeitassem, cada um sentou no seu canto e ficou por isso mesmo. Não chamei os dois para conversar, porque naquele

momento, não era o momento deles conversarem. Eu acredito que o professor resolveu isso depois. Não perguntei pro professor, só conversei com eles e pedi um pouco mais de respeito e não discutir, eu disse separadamente com cada um (PART.G).

A coordenadora pedagógica ressalta que o PPP da instituição contempla projetos menos direcionados ao assunto, além de mostrar falta de conhecimento sobre leis específicas e a escassez de canais de ajuda, assim como os participantes H e I. H afirma: “A providência é passar o assunto para a coordenação”. I complementa: “nós sempre, professores das disciplinas, nós trabalhamos sempre, desenvolvemos projetos conjuntos, então recentemente, eu desenvolvi um projeto com um professor de matemática”.

Consta no PPP, temos projetos específicos dos dias. Amanhã, a gente vai vestir violeta contra a violência, aí todos os professores vão abordar, nas salas, todas as questões de violência. A gente sempre pega uma campanha já existente e dá uma ampliada, trazendo para a nossa realidade. Cada nível de ensino trabalha de acordo com a sua faixa etária, mas usamos bastante teatro, exposição verbal, pesquisas. Eles gostam muito da internet, então a gente acaba usando esse tipo de abordagem também nas produções de texto dentro da disciplina de português, de inglês. Eles fazem cartazes, nós implantamos, recentemente, um projeto de uma oficina de cartões com mensagens de valorização ao próximo. A gente trabalha muito assim. (PART.C).

O participante D destaca a questão do respeito a opiniões divergentes em sala de aula: “Inclusive suas questões pessoais desses alunos, os seus desafios pessoais também estão sendo, nessa nova gestão, monitorados ou sendo realmente colocados, checando, buscando, tentando resolver”. O participante E resume o pensamento de outros participantes sobre um conhecimento parco relativo à Cultura da Paz:

Olha, bom, cultura da paz, acho que a nomenclatura traz o que seria, mas a cultura da paz seria uma condição, é desses hábitos serem pacificadores, é isso, é muito importante, a gente é muito bélico, né, seja no sentido físico ou no sentido oral, tem que deixar de ser um pouco bélico. Na sala de aula, tudo é necessário para trazer uma condição de estabilidade emocional, porque eu acho que uma estabilidade emocional não é para o aluno, a gente é difícil ter isso, né? Mas quando a gente tem, a gente consegue desenvolver melhor a cultura da paz.

Talvez, pela nomenclatura, o que eu imagino ser é muito importante antes de deixar de ser um pouco ácido, mais consciente, nacionalista, compreender a realidade próxima e, assim, conseguir algo (PART. E).

No contexto escolar, é necessário se colocar em prática projetos de prevenção de violência, incivildades e indisciplina desde a primeira infância a fim de que crianças e adolescentes tenham formação educacional com valores, atitudes, comportamentos e estilos de vida que lhes permitam resolver conflitos por meios pacíficos e com espírito de respeito pela dignidade humana, com tolerância e sem discriminação.

A Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz da ONU entende Cultura de Paz como “[...] conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida” (ONU, 1999, p. 2), com princípios de respeito à vida, rejeição à violência, generosidade, compreensão ao escutar o próximo, preservação do planeta e redescoberta da solidariedade.

A UNESCO criou o “Manifesto por uma Cultura de Paz e Não Violência” com foco em atitudes que as pessoas deveriam adotar: respeitar a vida e a dignidade de qualquer pessoa sem discriminar ou prejudicar; rejeitar a violência em todas as suas formas - física, social, psicológica, econômica -, principalmente diante de pessoas vulneráveis; compartilhar tempo e recursos materiais, para acabar com a exclusão, a injustiça e a opressão; defender a liberdade de expressão e a diversidade cultural; promover o consumo responsável e o equilíbrio dos recursos naturais do planeta; contribuir para o desenvolvimento da comunidade e o respeito aos princípios democráticos (UNESCO, 2000).

No geral, a análise das entrevistas demonstrou que essas temáticas devem permear discussões futuras para garantir mais conhecimento sobre esses conceitos por parte dos docentes, permitindo que tais assuntos façam parte do cotidiano dos estudantes, otimizando a reação a eventuais problemas por meio

de diálogo e maior conscientização da comunidade escolar e sociedade sobre a importância de projetos que privilegiem a Cultura da Paz para o desenvolvimento de relações éticas e democráticas.

Considerações Finais

As considerações finais retomam as reflexões do início deste estudo sobre o desenvolvimento de valores éticos e morais no ensino fundamental II, com vistas a convivência democrática, a prevenção da violência e as soluções e encaminhamentos para os conflitos cotidianos.

De acordo com o objetivo geral desta pesquisa - analisar quais concepções a gestão escolar e os professores têm a respeito da construção de valores morais e do desenvolvimento da autonomia moral bem como entender o trabalho desenvolvido pelos professores com os alunos do ensino fundamental II em relação à construção de valores sociomorais e à prevenção do *cyberbullying* e considerando os resultados das análises feitas, concluímos que desenvolver as aprendizagens socioemocionais e a construção de valores morais está além de somente orientações em reuniões de equipe; deve acontecer um trabalho contínuo, intencional e planejado de formação pedagógica docente, com educação em valores, discussão e reflexão sobre a prática, guiadas por legislações educacionais vigentes, com perspectiva teórica e participação de todos os professores e da equipe gestora para a transformação da prática.

O *cyberbullying* e o *bullying* são questões altamente perturbadoras e exasperantes. Eles são angustiantes, porque, às vezes, resultam em suicídio, e qualquer perda de vida é triste. Esses fenômenos são particularmente

desesperadores, pois, frequentemente, as vidas perdidas como resultado de formas de *bullying online* e *offline* são de jovens adolescentes. O *cyberbullying* e o *bullying* os privaram de seu futuro. Esses fenômenos são frustrantes, porque a maioria desses infortúnios poderia ter sido evitada caso as partes interessadas estivessem em conformidade com as normas básicas de responsabilidade social. De fato, o *cyberbullying* e o *bullying* são uma tragédia social. Esses fenômenos são um testemunho sombrio de um lado obscuro da natureza humana. A internet exacerbou o problema do *bullying* e o transformou em um pesadelo constante. Ela equipou os agressores com uma arma poderosa que lhes permite atormentar as vítimas sem descanso.

Em relação à percepção dos professores sobre a BNCC, as Competências Gerais da Educação, notamos pouca apropriação referente às legislações educacionais, entretanto os docentes constroem e desenvolvem atividades/didáticas pedagógicas que promovem essas competências, de acordo com seus saberes experienciais. Essas atividades/didáticas pedagógicas são desenvolvidas dentro do contexto educacional em que o docente se norteia por meio do plano de curso, porém a instituição e seus professores têm a liberdade de desenvolver suas práticas e ações dentro de seu planejamento pedagógico, de acordo com sua identidade, princípios, objetivos educacionais e cultura, pois cada escola tem seu PPP norteador.

Uma proposta de trabalho deve ser implantada com práticas morais para o desenvolvimento da autonomia moral e a promoção de uma cultura da paz. Isso ocorrerá por meio de rodas de conversa, conferências de conscientização e formação de pais e mestres, projetos integradores de toda a comunidade, palestras informativas em todos os setores sociais, além do envolvimento ativo dos pais na busca de soluções satisfatórias para a resolução de conflitos e o enfrentamento de desafios.

A internet afetou todos os aspectos da sociedade. As plataformas digitais são locais onde cada vez mais conhecemos novas pessoas e mantemos contatos mais antigos. Isso ficou muito aparente durante a recente crise do coronavírus, em que muitos países entraram em quarentena e as pessoas foram forçadas a conduzir seus negócios *online*. Pela internet, as pessoas trabalham, estudam e fazem ligações; administram negócios, videoconferências e campanhas sociais; buscam informações; fazem compras, socializam e paqueram; compartilham fotos e experiências; ouvem música, assistem a filmes e exploram o mundo *online*. A população mundial está se aproximando de 8 bilhões de pessoas. Destas, mais de 4,6 bilhões estão usando a internet. Na Europa e na América do Norte, a taxa de acesso à internet é superior a 87% (INTERNET WORLD STATS, [2020]).

Notamos uma lacuna formativa docente relacionada a outros aspectos educacionais tais como as aprendizagens socioemocionais, educação em valores e legislações educacionais. Em relação à sobre como os docentes concebem a transposição dos PCNs para a BNCC, os professores entendem a evolução pedagógica dos temas transversais para as CSEs, porém a educação em valores guia o trabalho das aprendizagens socioemocionais. Há a importância da formação continuada docente voltada para a educação em valores para subsidiar a construção da autonomia intelectual e moral do aluno. Os docentes sentem dificuldades no desenvolvimento de um trabalho pedagógico relacionado aos assuntos que envolvem a ética, os valores morais e as CSEs, não conseguindo associar que as competências cognitivas, morais e afetivas se completam, pois não vislumbram sua aplicabilidade nas práticas e ações pedagógicas para a promoção da personalidade moral.

Na era da internet, as pessoas têm uma vida ativa nas plataformas de redes sociais e têm muito mais “amigos” virtuais do que amigos genuínos e

verdadeiros nos quais podem confiar em momentos desafiadores. O Facebook, sozinho, tem um número impressionante de quase 2,6 bilhões de usuários ativos mensais. Muitas pessoas têm mais de um perfil. As pessoas criam identidades falsas para todos os tipos de propósitos, legítimos e ilegais. Durante 2019, o Facebook removeu 5,4 bilhões de contas falsas e, em 2018, cerca de 3,3 bilhões dessas contas (GARCIA; MORAIS, 2022). Em outras palavras, o número de contas falsas excede o número de contas verdadeiras.

Em face do exposto, reiteramos a importância da instrumentalização docente sobre a educação em valores norteando as aprendizagens socioemocionais, para que os mestres possam planejar ações relacionadas às CSEs e a valores morais, para a construção da autonomia intelectual, moral e afetiva, visando à formação integral. Esta pesquisa discutiu a responsabilidade moral e social na internet. As empresas de internet têm papel vital em tornar o *cyberbullying* parte de nossas vidas e ajudar a redimir esse doloroso desafio social. A responsabilidade moral diz respeito à consciência do agente, à sua conduta ética e à bússola moral que orienta a sua vida que, normalmente, está dentro de certos códigos morais da sociedade em determinado período. A responsabilidade social está relacionada a essas normas sociais e às implicações mais amplas da conduta moral das pessoas. A responsabilidade legal refere-se à conduta dos órgãos do poder estatal em legislar e fazer cumprir as leis que permitem a convivência e que exigem que as pessoas sejam responsáveis por sua conduta (JENSEN; NUTT, 2015).

Não existem muitas ações preventivas na escola em questão. O pragmatismo proporciona ações pontuais e resolutivas quando as ocorrências de problemas se apresentam. O ideal é que houvesse uma forma profilática como a formação continuada.

Os professores podem compreender os alunos adolescentes e o contexto, fazendo um diagnóstico de cada turma/sala em que atuam, propondo, de forma direcionada, atividades, projetos, metodologias ativas (MORAN, 2015), que promovam a reflexão, a criatividade, a criticidade e as relações democráticas, uso de tecnologias, para cada turma, pois elas são diferentes entre si e cada uma tem suas particularidades. Moran (2015) ainda coloca que a melhor forma de se construir a aprendizagem dos estudantes é conseguir ponderar a diversidade dos conteúdos no contexto da sala de aula por meio de atividades, desafios.

Portanto, sugerimos a utilização de diversas práticas didático-pedagógicas com metodologias ativas e atividades interligadas, com ferramentas tecnológicas diversas, além de atividades extramuros, como visitas técnicas em espaços públicos, de meio ambiente, de saúde, ações solidárias e de cidadania, com aproximações e interações interpessoais.

As práticas morais, como mecanismos de educação social, ajudam nos diferentes contextos de aulas e situações, sendo procedimentais (reflexividade ou deliberativas) e/ou substantivas (virtudes ou normativas): assembleias, dramatizações, discussão de dilemas e outras (PUIG, 2004). A perspectiva é fundamental para a formação do adolescente, direcionada para a construção das CSEs e de valores, voltada para o desenvolvimento das competências e da autonomia intelectual, moral e afetiva, baseada na educação em valores, com diálogo, escuta ativa e respeito mútuo, para se criar personalidades éticas, justas e democráticas.

A formação de professores é constituída por etapas definidas e contínuas ao longo da trajetória profissional. Devem-se valorizar aprendizados teóricos e práticos e o desenvolvimento integral do educador, como ser humano. A formação inicial é uma etapa que necessita ser sempre aprimorada, o que já acontece em vários países que aproximam teoria e prática. Esse conceito de

aproximar o que futuros docentes estudam na teoria e o que praticam, em estágios durante a formação, também pode ser utilizado na formação contínua, um elemento essencial da trajetória pessoal no âmbito da profissão.

Devido à pequena amostra que tivemos no nosso trabalho, ocasionada pela pandemia, pela indisponibilidade de profissionais da educação, além da limitação temporal; esperamos que esta pesquisa seja uma base para os próximos estudos e possa contribuir para as possibilidades de conscientização de ambientes escolares saudáveis e democráticos com projetos de Cultura da Paz e práticas morais bem estabelecidos, a começar pela escola e pela família, para que possam ser praticados em todos os ambientes, inclusive os virtuais.

Referências

ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência normal**: um enfoque psicanalítico. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ARAÚJO, U. **Autogestão na sala de aula**: as assembleias escolares. São Paulo: Summus, 2015.

AVILÉS MARTÍNEZ, J. M. **Bullying**: guia para educadores. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

BLACKMORE, S. **The meme machine**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm. Acesso em: 04 out. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional de diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996, seção 1, p. 27839. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/572694/Lei_diretrizes_bases_4ed.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 04 out. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*: educação é a base. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2017a. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_verseofinal_site.pdf. Acesso em: 28 mar. 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de combate ao bullying completa um ano de vigência**. Brasília: Senado Notícias, 2017b. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/04/07/lei-de-combate-ao-bullying-completa-um-ano-de-vigencia>. Acesso em: 27 set. 2021.

CALLIGARIS, C. **A adolescência**. São Paulo: Ed. Publifolha, 2000.

DIÁZ-AGUADO, M. J. **Da violência escolar à cooperação na sala de aula.** Americana, SP: Adonis, 2015.

FUJITA, J. S.; RUFFA, V. Cyberbullying: família, escola e tecnologia como stakeholders. **Estudos Avançados [online]**, v. 33, n. 97, p. 401-412, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/pSp8hgXLcG786hZpVGNqPNH/?lang=pt>. Acesso em: 06 dez. 2022.

GARCIA, M. F.; MORAIS, S. N. Bullying no ambiente escolar: um olhar a nossa volta. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, Campinas, v. 9, n. 19, p. 140-158, 5 jan. 2022.

GARCIA, J.; TOGNETTA, L. R. P.; VINHA, T. P. **Indisciplina, conflitos e bullying na escola.** 1.ed. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

GAMBOA, S. A. S. Pesquisa qualitativa: superando tecnicismos e falsos dualismos. **Contrapontos**, v. 3, n.3, p. 393-405. Itajaí, set/dez. 2003.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HIBOO. Escola HIBOO. **Competências socioemocionais.** [2021]. Disponível em: <https://www.hiboo.com.br/single-post/2017-8-18-competencias-socioemocionais>. Acesso em: 28 jul. 2023.

INTERNET WORLD STATS. The Internet Big Picture. **World internet users and 2020 population stats.** [2020]. Disponível em: <https://www.internetworldstats.com/stats.htm>. Acesso em: 14 set. 2022.

JENSEN, F. E.; NUTT, A. E. **O cérebro adolescente: guia de sobrevivência para criar adolescentes e jovens adultos.** Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2015.

LA TAILLE, Y.; MENIN, M. S. S. **Crise de valores ou valores em crise?** Porto Alegre: Artmed, 2009.

LA TAILLE, Y. **Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

LIPPE, P. R. F.; ANDREASSA, J. V. N.; SANTOS, J. E. L. Cyberbullying: o conceito e a família no processo de prevenção. *In: II ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI, DIREITO, PANDEMIA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL: NOVOS*

TEMPOS, NOVOS DESAFIOS. 2., 2020. Florianópolis. Anais eletrônico [...]. Florianópolis: CONPEDI, 2020. Disponível em: <http://site.conpedi.org.br/publicacoes/nl6180k3/wcxe0flc/qLyMSX8P4t5tA86y.pdf>. Acesso em: 04 out. 2021.

LÜCK, H. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.

MORAES, R; GALIAZZI, M. C. **Análise textual discursiva**. 3.ed. Ijuí: Unijuí, 2016.

MORAN, J. M. **Mudando a educação com metodologias ativas**. PROEX/UEPG, 2015. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/moran/wpcontent/uploads/2013/12/mudando_moran.pdf. Acesso em: 17 jan. 2022.

MOREIRA, B. D. Participar com os jovens e adolescentes da experiência de aproximação com o mundo adulto: o desafio da Educação. **Educação & Sociedade**, v. 36, n. 133, p. 1137-1155, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/gHqbgZSmmZ7xcS5by7WsdxM/?lang=pt>. Acesso em: 04 out. 2021.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração e Programa sobre uma Cultura de Paz**. Resolução aprovada por Assembleia Geral em 6 out. 1999, nº 53/243. Brasília: ONU, 1999. Disponível em: <http://www.comitepaz.org.br/download/Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20uma%20Cultura%20de%20Paz%20-%20ONU.pdf>. Acesso em: 30 set. 2021.

PIAGET, J. Os procedimentos da educação moral. *In*: PARRAT, S.; TRYPHON, A. (Org.). **Jean Piaget: sobre a Pedagogia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998. p. 25-58.

PUIG, J. M. **A construção da personalidade moral**. São Paulo: Editora Ática, 1998.

PUIG, J. M. **Práticas morais: uma abordagem sociocultural da educação moral**. São Paulo: Moderna, 2004.

SAFERNET. Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos. [2021]. Disponível em:

https://new.safernet.org.br/home?field_subject_value=All&field_type_value=All&page=1#mobile. Acesso em: 04 out. 2021.

SARMENTO, M. J. Infância, exclusão social e educação como utopia realizável. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.23, n. 78, abr. 2002.

SILVA, A. B. B. **Bullying**: mentes perigosas nas escolas. 2.ed. São Paulo: Principium, 2015.

SPRINTHALL, N. A.; SPRINTHALL, R. C. **Psicologia educacional**: uma abordagem desenvolvimentista. Lisboa: McGraw-Hill, 1993.

TOGNETTA, L. R. P.; AVILÉS MARTÍNEZ, J. M.; ROSÁRIO, P. **Bullying e suas dimensões psicológicas em adolescentes**. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, v. 7, n. 1, p. 289-296, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3498/349851791030.pdf>. Acesso em: 02 out. 2021.

TOGNETTA, L. R. P. **Perspectiva ética e generosidade**. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

TORRES, T. O fenômeno dos memes. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 68, n. 3, july/sept. 2016. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252016000300018. Acesso em: 04 out. 2021.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Direitos Humanos**. 2000. Disponível em: https://www5.pucsp.br/ecopolitica/documentos/cultura_da_paz/docs/manifesto_2000_UNESCO_cultura_da_paz.pdf. Acesso em: 02 out. 2021.

VASCONCELOS, M. S. A afetividade na escola: alternativas teóricas e práticas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 616-620, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vq3qWsrwSBcQftRbDF8JsCK/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 30 set. 2021.

VEIGA, A. P. A. **Projeto político-pedagógico da escola**. Campinas: Papirus editora. 2008.

VINHA, T.; NUNES, C. A. A.; SILVA, L. M. F.; VIVALDI, F. M. C.; MORO, A. **Da escola para a vida em sociedade: o valor da convivência democrática**. 1. ed. Americana: Adonis, 2009.

Recebido 13/11/2023

Aprovado 07/02/2024